

Novas medidas só saem se os políticos aprovarem

Foi o que Funaro prometeu ao líder do PMDB. O ministro vai se reunir com a bancada para debater as mudanças na política econômica.

O governo não vai anunciar novas medidas econômicas sem prévia consulta aos partidos que lhe dão apoio, garantiram ontem líderes do PMDB. "Pacotes, nunca mais", garantiu o ministro Marco Maciel, da Casa Civil. Já o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, deverá reunir-se com a bancada do PMDB na Câmara, no próximo dia 24 ou 25, adiantou o líder da maioria, deputado Carlos Santana, para quem o ministro assegurou que o "epicentro" — momento crítico — da crise econômica já passou. A afirmação, porém, não convenceu Santana; ele lembrou que, em medicina, as crises costumam suceder-se.

Sobre as medidas que estão sendo analisadas, o ministro Marco Maciel, da Casa Civil, adiantou que a possibilidade de um novo congelamento está descartada. Já no que se refere à renegociação da dívida externa, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, negou veementemente que o governo sequer cogite recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, lembrou que nem há necessidade dessa alternativa, pois o Brasil já está "negociando diretamente com os bancos privados".

Prova do Cheiro

O líder da maioria na Câmara adiantou que o ministro Funaro prefere não encaminhar nenhum documento para exame prévio pela bancada, pois pretende submeter só idéias ao exame dos peemedebistas, para depois passar à fase das formulações. As medidas econômicas, frisou o parlamentar, serão definidas a partir dos debates do ministro da Fazenda com a bancada.

— A conversa com o ministro Funaro me permitiu supor que a questão vai ter transparência, o que infelizmente não aconteceu por ocasião do Cruzado II — acrescentou o deputado baiano.

O ministro Funaro, que comparecerá acompanhado da equipe econômica do governo, apresentará à bancada, durante sua exposição, as medidas que o governo pretende adotar para conter a alta das taxas de juros.

A uma observação sobre a falta de consulta ao PMDB, por parte do governo, nessa fase de elaboração do novo pacote econômico, Carlos Santana frisou que "ainda vamos ter de passar pela prova do cheiro", referindo-se à necessidade de o partido ser ouvido

sobre as medidas, o que não aconteceu anteriormente.

Já o ministro Marco Maciel, ao descartar a possibilidade de um novo congelamento de preços, afirmou que "o presidente está realmente preocupado na busca de uma saída para a situação econômica do País, mas outras alternativas serão adotadas, não um novo congelamento". Ele acrescentou que antes de anunciar novas medidas econômicas o presidente Sarney vai esgotar discussões com as lideranças políticas dos partidos que lhe dão apoio. "O presidente não tomará qualquer atitude precipitadamente e não haverá um novo pacote. Pacotes, nunca mais", disse, bem-humorado, o ministro.

Maciel disse ainda que as divergências de opinião e as críticas de ministros do PFL e PMDB ao governo Sarney, na atual fase de discussão de novas medidas, devem ser consideradas algo absolutamente democrático e natural. "Se os desencontros estiverem acontecendo depois do anúncio de alguma decisão, então, sim, seria preocupante", ele observou.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, confirmou que o governo está examinando "um elenco" de medidas para en-

frentar a crise econômica, mas não quis antecipar nenhuma delas. "Eu não sou o ministro Funaro, nem porta-voz do governo, de maneira que não posso dizer quais as medidas que deverão ser tomadas, se moratória é a solução e esta ou aquela medida é a melhor."

Ulysses Guimarães explicou que as medidas econômicas serão submetidas "em tempo oportuno", à apreciação do PMDB e às forças que dão sustentação política ao governo no Congresso.

Até o encontro do ministro com a bancada do PMDB — disse o líder do PMDB, Luís Henrique —, poderão ser adotadas por Funaro medidas destinadas a forçar a imediata redução da taxa de juros, ampliar o nível de investimento nos setores produtivos para manter o desenvolvimento, e iniciar a redução gradativa do subsídio ao trigo.

"A alta dos juros impedirá ou desviará os investimentos e, em consequência, haverá da mesma forma a falta de produtos e, novamente, o ágio", advertiu Hélio da Silva Nunes, especialista em insolvências comerciais, ao analisar as taxas superiores a 1.000% cobradas no financiamento direto ao crédito do consumidor, na semana passada, e a elevação do custo do dinheiro de 20 a

30% ao mês, nos empréstimos bancários.

À revella

O presidente nacional do PFL, deputado Maurício Campos (MG), afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o seu partido não participou de nenhuma discussão com o governo Sarney sobre novas medidas econômicas que eventualmente poderão ser adotadas no País. Segundo ele, por isso "todas as alterações da economia virão à revella do PFL". Ele ressaltou que "até o momento não fomos consultados ou sequer convocados a discutir a questão".

Maurício Campos voltou a criticar a instabilidade econômica que "já faz com que o povo grite nas ruas", e afirmou que só o PMDB tem "inteira responsabilidade pelo modelo traçado nos Planos Cruzados, já que ele foi elaborado por ministros peemedebistas".

Já o senador Virgílio Tavora, secretário-geral do PDS, depois de reunir-se com os senadores Jarbas Passarinho e Roberto Campos e com o deputado Delfim Neto, disse que o encontro foi para analisar a atual situação econômica financeira. E comentou que o governo, "depois de agir como aprendiz de feiticeiro, deve voltar à realidade e rever as suas teorias econômicas".